

O grito que ainda não ecoa: Sinodalidade e profetismo em tempos urgentes

Roberto Malvezzi e Moema Miranda

Cadernos de Estudo OLS N.º 007 | Março de 2025



Observatório
Latino-americano
da Sinodalidade

O grito que ainda não ecoa: Sinodalidade e profetismo em tempos urgentes

Roberto Malvezzi e Moema Miranda



Observatório
Latino-americano
da Sinodalidade

Cadernos de Estudo OLS N.º 007 | Março de 2025

Cadernos de Estudo OLS • No. 007 • Março de 2025
ISBN: 978-9915-9699-8-5

* * *

Conselho Observatório Latino-Americano da Sinodalidade

Agenor Brighenti
Silvia Cáceres
Edward Guimarães
Moema Miranda
Alejandro Ortiz
João Décio Passos
Carlos Schickendantz
Consuelo Vélez

Autores

Roberto Malvezzi (Gogó) e Moema Miranda, OFS

Direção editorial

Óscar Elizalde Prada
Rosario Hermano

Revisão de estilo

Óscar Elizalde Prada

Projeto gráfico

Giovanny Pinzón Salamanca

Design e layout

Milton Ruiz Clavijo

Capa:

Milton Ruiz Clavijo

© 2025, Observatório Latino-Americano da Sinodalidade
Juana de Arco 3324 – CP 11700
Montevideo – Uruguay.
Telefone: (598) 99 177 138
E-mail: observatoriosinodalidad@gmail.com
www.observatoriosinodalidad.org

O Observatório Latino-Americano da Sinodalidade é liderado pela Fundação Ameríndia e apoiado pela Porticus. Esta publicação pode ser reproduzida com citação da fonte.

Neste texto queremos refletir, buscar compreender e sugerir alternativas ao que nos parece uma ausência relevante. De forma clara e compromissada devemos reconhecer que em alguns dos principais documentos sinodais falta o mundo. Sim! O mundo no qual somos Igreja. Tudo se passa como habitássemos um tempo-espaço histórico indeterminado e indiferenciado. E a ausência não é apenas de uma referência substantiva às chamadas “questões ambientais”.

Desejamos situar o debate em termos mais profundos: vivemos efetivamente a possibilidade de que seres humanos destruam as condições de habitabilidade para a vida no planeta Terra. Não se trata de alarmismo, de pessimismo ou de catastrofismo. Esta não é uma ideia, uma opção de interpretação ou hermenêutica. É a expressão incontestável da realidade do planeta.

A realidade do mundo hoje — as ameaças efetivas de destruição — não pode estar ausente do processo sinodal que recolhe ideias para uma eclesiologia contemporânea. A ausência de mundo nos documentos torna ainda mais urgente que nas próximas etapas o grito da Terra seja escutado seriamente, em Espírito e verdade: qualquer soteriologia hoje supõe ter como missão eclesial salvar a Terra da destruição antrópica.

O grito que ainda não ecoa: Sinodalidade e profetismo em tempos urgentes

“Convido cada um a acompanhar esse percurso
de *reconciliação com o mundo*
que nos abriga e a enriquecê-lo
com o próprio contributo,
pois nosso empenho tem a ver
com a dignidade pessoal e com grandes valores.”
Papa Francisco, *Laudate Deum*, 69 (grifos dos autores).

I. Convergências, divergências e ausências

O Pontificado de Francisco — o papa que afirmou ter vindo do “fim do mundo” — já deixou marcas memoráveis na Igreja católica e em sua presença no mundo. O processo de ampla consulta e participação que tem envolvido o Sínodo da Sinodalidade não será a menor de suas realizações, ao mobilizar milhares de fieis,

paróquias, presbíteros e bispos em todos os continentes. A dinâmica implementada até aqui, pretende garantir a participação qualificada de todo o Povo de Deus.

Como resume Agenor Brigenti, importante assessor do processo sinodal, “em grandes linhas, o Sínodo da Sinodalidade quer retomar e implementar a eclesiologia do Vaticano II, que concebe a Igreja como Povo de Deus. Trata-se de uma tarefa pendente, sobretudo depois das *três décadas de involução eclesial*, que precederam o atual pontificado”¹. Sem dúvidas, uma proposta profética e desafiadora.

Em um processo desta natureza não causa espanto que sejam muitas e relevantes as divergências, as diferenças de abordagens, de ênfase, de priorização. Da mesma forma, deve ser esperado que haja desigualdade em termos do comprometimento de paróquias ou regiões com as diversas etapas nas quais a participação é possível.

Também eram esperadas importantes e expressivas convergências, que ajudam a compreender que a comunhão dos fiéis (*communio fidelium*), apesar de todos os desafios, se mantém viva em sua vinculação intrínseca com o “ministério petrino em virtude do qual o Bispo de Roma (...) expressa a comunhão de todas as Igrejas, de todos os bispos” (IL 10). Isto permite que, como afirma o *Instrumentum Laboris*, no processo de diálogo se expresse a “unidade como harmonia nas diferenças” (IL 10).

Agenor Brigenti e outros analistas tem ajudado a compreender como o método utilizado para conduzir os processos de diálogo e de escuta, a “conversação no Espírito”, baseada nos princípios dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio, contribui, mas

também dificulta e limita os debates. Todos estes são aspectos que devem ser levados em consideração nas próximas etapas da dinâmica Sinodal.

No entanto, neste texto queremos refletir, buscar compreender e sugerir alternativas ao que nos parece uma ausência relevante. De forma clara e compromissada devemos reconhecer que em alguns dos principais documentos sinodais falta o mundo. Sim! O mundo no qual somos Igreja. Tudo se passa como habitássemos um tempo-espço histórico indeterminado e indiferenciado. E a ausência não é apenas de uma referência substantiva às chamadas “questões ambientais”: os eventos extremos que afetam todos os continentes, causando migrações climáticas de proporções nunca antes vistas; a dizimação de incontáveis espécies animais com as quais coabitamos o planeta Terra; a destruição massiva de florestas, que causam secas e enchentes, deixando submersos Estados e cidades inteiras; as temperaturas mais quentes em milhares de anos, causando a morte de humanos e não humanos; o degelo das calotas polares, que já altera o movimento da órbita terrestre.

Não se trata só da ausência de uma referência ao que o papa Francisco em sua Encíclica *Laudato Si*, publicada há quase dez anos, chamou do “grito da Terra”. E nem mesmo o esquecimento de que “somos terra” (*LS 2*): leigos e leigas, consagrados, presbíteros, bispos, todos “somos terra”. Portanto, qualquer Igreja localizada no planeta, que congregue seres que dependem da Terra para existir, para “orar, escutar, analisar, discernir e aconselhar para que sejam tomadas decisões pastorais mais conformes a vontade de Deus” (*CTI 68, apud IL 67*), será diretamente afetada pelo que está ocorrendo com o mundo. Não, aqui não queremos refletir apenas sobre a ausência da “questão ambiental”, como uma entre

tantas outras com as quais a Igreja está confrontada no século XXI, quer queiramos ou não.

Desejamos situar o debate em termos mais profundos: vivemos efetivamente a possibilidade de que seres humanos destruam as condições de habitabilidade para a vida no planeta Terra. Não se trata de alarmismo, de pessimismo ou de catastrofismo. Esta não é uma ideia, uma opção de interpretação ou hermenêutica. É a expressão incontestável da realidade do planeta.

Já na exortação apostólica *Evangelii gaudium* o papa Francisco afirmou: “a realidade é superior à ideia”. Esta consigna, repetida em vários documentos do pontífice, contribui para superar milênios de dualismo e idealismo. A realidade do mundo hoje — as ameaças efetivas de destruição — não pode estar ausente do processo sinodal que recolhe ideias para uma eclesiologia contemporânea. Sem mundo não há salvação! Não há Igreja, Eucaristia, seguimento de Jesus, ou mesmo a possibilidade de falar de Deus!

A ausência de mundo nos documentos torna ainda mais urgente que nas próximas etapas o grito da Terra seja escutado seriamente, em Espírito e verdade: qualquer soteriologia hoje supõe ter como missão eclesial salvar a Terra da destruição antrópica.

2. Porque precisamos falar sobre o Antropoceno?

Em uma entrevista recente com a Ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, uma conhecida ambientalista, o entrevistador perguntou como ela se sentia tendo sido uma das primeiras pessoas a ter consciência da crise ambiental que se avizinhava, no começo dos anos 1980. Como foi ter estado praticamente sozinha, quando muitos duvidavam ou ridicularizam suas posições. Ela

respondeu usando a parábola bíblica de Mateus 20, na qual os últimos operários da vinha recebem o mesmo salário que os primeiros. Segundo ela, todos são necessários para o cuidado com o planeta e a possibilidade de encontrarmos caminhos socioambientalmente justos, frente aos desafios que enfrentamos. Não importa que tenham chegado na décima segunda hora, o importante é que contribuam para o Reino.

Esta compreensão revela grande sabedoria e delicadeza. Efetivamente, a consciência ambiental moderna teve diversos inícios, tendo a década de 1960 como marco importante. No entanto, a cena do ambientalismo foi dominada durante muito tempo por uma visão conservacionista, que despolitizou o debate e dificultou a compreensão das questões que efetivamente estavam em disputa. Assim se compreende porque até os anos 1990, muitas das pessoas que na América Latina estavam comprometidas com as lutas por justiça social considerassem a causa ambiental um tema para outros: para os países que já tinham resolvido seus problemas econômicos.

Não tem sido fácil reconhecer que o modelo de desenvolvimento hegemônico, o capitalismo atualmente em sua fase mais destrutiva, desigual e beligerante, é incompatível com o metabolismo do planeta. Durante muitos anos, considerou-se que com alguns ajustes seria possível amenizar seus problemas sistêmicos: mais justiça social, melhor distribuição de renda ou políticas de compensação ambiental, por exemplo. Aos poucos — na verdade, mais lentamente do que seria necessário pelo ‘relógio da Terra’ — vai ficando claro que um sistema de acumulação ilimitada de bens da natureza, transformados em ‘recursos naturais’, não se harmoniza com um planeta vivo como o nosso.

Com sensibilidade, o papa Francisco na encíclica *Laudato si'* afirma que na dinâmica destrutiva da Terra “há vencedores e vencidos não só entre os países, mas também dentro dos países pobres, onde se devem identificar as diferentes responsabilidades. Por isso, as questões relacionadas com o meio ambiente e com o desenvolvimento econômico já não se podem olhar apenas a partir das diferenças entre os países, mas exigem que se preste atenção às políticas nacionais e locais” (LS 176).

Na América Latina, foram as lutas dos movimentos territoriais as que primeiro permitiram reconhecer a aliança intrínseca entre o que os teólogos depois chamaram do “grito da Terra e o grito dos pobres”. Desde os anos 1980, a luta dos povos indígenas, de comunidades tradicionais, afrodescendentes e camponeses — com suas diferentes estratégias de posse e uso sustentável da terra — vem contribuindo para despertar uma nova consciência ecológica. A atuação de pessoas como Chico Mendes, no Brasil, que aliava a defesa da floresta com a construção de aliança entre os ‘povos da floresta’; as lutas dos povos andinos pelo reconhecimento dos direitos da natureza e a convivência em harmonia com a *Pacha Mama*; as lutas das mulheres camponesas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu em defesa das árvores, das sementes, das águas e dos animais, são parte importante de um despertar de consciência que, infelizmente, ainda está nas margens do sistema dominante.

A partir da “opção preferencial pelos pobres”, parte fundamental do processo de recepção do Concílio Vaticano II na América Latina — não sem dificuldades e martírios — a Igreja dos pobres esteve profeticamente presente na defesa da justiça socioambiental. No Brasil, por exemplo, a criação da Pastoral dos Pescadores em 1970, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1972, e da

Comissão Pastoral da Terra em 1975, pela Conferência dos Bispos do Brasil, contribuiu para que a defesa dos direitos dos povos estivesse aliada à defesa da integridade de seus territórios: nascia, assim, no chão, na base, na aliança com pescadores, camponeses, indígenas e quilombolas, o encontro pastoral profundo entre o grito dos pobres e o grito da Terra.

A dinâmica das lutas sociais nem sempre esteve em diálogo com o mundo das ciências. Mas não é mera coincidência que também na década de 1980, cientistas da NASA tenham ido ao Senado norte-americano atestar que o planeta estava entrando em uma fase complexa de mudanças climáticas, com um reconhecido aquecimento global causado por efeitos antrópicos. Ou seja, a ação humana — ou melhor, a ação de determinados grupos humanos — estava interferindo de forma determinante no clima do planeta. Isto porque, de acordo com estudos corroborados desde os anos 2000, os 10% mais ricos do planeta são responsáveis por 47% da produção dos gases de efeito estufa².

Foi no contexto dos debates dos anos 1980 que o químico da atmosfera James Lovelock e a bióloga Lynn Margulis, a partir de estudos cosmológicos e microbiológicos, criaram a Teoria Gaia, segundo a qual nosso planeta é único no sistema solar — e, depois se contactou, em todo o cosmos até onde nossa ciência nos permite chegar — : a Terra é um ‘superorganismo vivo’. Aqui, neste ‘pálido ponto azul’ em um cosmos gelado e silencioso, a presença da vida, reconfigurou o planeta. A vida foi criando as condições e a habitabilidade do planeta para formas cada vez mais complexas de seres. Bilhões de anos, um universo que abriga trilhões de sois, luas e planetas: tudo isto foi condição de possibilidade para que seres que pensam, sentem e louvam a Deus com linguagem simbólica pudessem existir. “A dimensão religiosa da existência nos

leva ao centro da existência sem perder o seu eixo fundamental e necessário: na vida tudo está ligado, religado, interligado e numa conexão profunda com o Ser original e originante que faz a vida acontecer em sua plenitude”³.

Já há várias décadas, a comunidade científica internacional, especialmente através do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, em seus múltiplos estudos e relatórios, afirma sem margem de erro que são fatores antrópicos — ainda que produzidos de forma desigual — os que levam o planeta a estar perto do ponto de não retorno em inúmeros de seus limites.

A partir dos anos 2000, o complexo fenômeno através do qual a ação humana coloca em risco as possibilidades de vida no planeta vêm sendo chamado de Antropoceno. Trata-se de um novo período geológico no qual “seres humanos se tornam um fator geofísico”, interferindo diretamente nos processos mais complexos pelos quais o planeta foi encontrando equilíbrios que permitiram a existência e a permanência da vida. Assim, “proposto por especialistas das Ciências do Sistema Terra, o Antropoceno é a tomada de consciência fundamental para entendermos o que está em curso. É a nossa era. Nossa condição. Pois não se trata de uma crise ambiental, e sim de uma revolução geológica de origem humana. O Antropoceno é o sinal de nossa potência, mas também de nossa impotência”⁴.

A entrada nesta nova era geológica redefine toda a história humana e evidencia sua vinculação intrínseca com a história do planeta, do qual depende para existir. A partir daqui, é impossível pensar história apenas em termos humanos e continuar, como fizeram na Modernidade, a considerar o ambiente, o planeta, ape-

nas como uma espécie de moldura, de cenário, onde se desenrola o drama histórico da espécie humana⁵.

Foi exatamente por compreender este vínculo, que na encíclica *Laudato si'* o papa Francisco retomou uma afirmação muito importante do papa Bento XVI: “a Igreja com sua ação procura não só lembrar o dever de cuidar da natureza, mas também e sobretudo ‘proteger o homem da destruição de si mesmo’ (LS 79)⁶. Isto porque, reconhece o pontífice, “a liberdade humana pode prestar sua contribuição inteligente para a evolução positiva, como também pode acrescentar novos males, novas causas de sofrimento e verdadeiros atrasos” (LS 79).

Dada esta contingência inédita, mas constitutiva do tempo do mundo em que vivemos, a sinodalidade e a vida da Igreja, a história do Povo de Deus e sua eclesiologia, não podem ser seriamente discutidas abstraindo as condições da Terra. Isto teria sido possível no milênio passado. E assim foi. Mas não agora, não quando o ser humano, através de uma pequena “elite do poder” (LD 38) é “capaz de destruir a vida” e manter-se alienado de seu próprio potencial destrutivo, já que “a matriz de pensamento próprio do paradigma tecnocrático nos cega, impedindo de ver o gravíssimo problema da humanidade atual” (LD 24).

Por isto, temos que falar do Antropoceno. Temos que criar dinâmicas sinodais que favoreçam a re-ligação entre a salvação e a missão salvífica da Igreja com a defesa apaixonada das condições de vida no planeta. Como Igreja, precisamos de uma eclesiologia que fortaleça os laços que nos unem ao destino de toda a criação: precisamos nos “reconciliar com o mundo”.

3. A perigosa ruptura entre criação e salvação

Afinal, por que falar de sinodalidade quando se fala da criação? João Paulo II dizia que é preciso rastrear as digitais de Deus impressas no Universo. Papa Francisco nos diz que a criação é, de alguma forma, uma expressão da Santíssima Trindade, ou seja, esse “tudo está interligado” diz respeito também ao destino final da obra criada. Como disse Leonardo Boff, o corpo do Cristo ressuscitado e o corpo de Maria elevada ao céu, levaram consigo um pouco de nosso planeta, o que se traduz num compromisso também deles com essa Terra.

Biblicamente é relativamente simples captar o desígnio de Deus para com toda a criação. Nosso Deus é o Criador (cf. *Gn 1*); é um Deus que se alia à toda sua obra criada (cf. *Gn 8*); é um Deus que se alia posteriormente a um povo e dele se faz libertador (cf. *Dt 30,20*); é um Deus que se encarna e se faz terra nessa Terra (cf. *Jo 1*); é um Deus que redime toda criação (cf. *Rm 8,20-21*); e é um Deus que leva toda sua criação à plenitude (cf. *Ap 20,2*).

Portanto, é bom que se diga claramente, não existem duas cidades, uma terrestre e uma celeste, mas um projeto único, do Deus que cria, se insere na criação na pessoa de seu filho, eleva toda humanidade e todas as criaturas para junto do Criador, mas se faz ser humano para sempre. Não é um dualismo, mas um projeto único que tem princípio, meio e fim (finalidade, propósito). Por isso Ele, Jesus, é a ponte entre o mundo criado e o mundo do Criador, o sacerdote, aliás, o único sacerdote. Mais que nunca precisamos ir além de uma “ecologia integral” para termos uma “eclesiologia integral”, uma “teologia integral”, nas quais nenhuma das obras de Deus seja excluída.

Assim, todos os indicativos vão na linha de um propósito de Deus, um projeto, um sentido para toda a criação. Falar de sinodalidade e excluir a criação é de nos deixar perplexos! Afinal, a Igreja, até mesmo seu corpo dirigente, não vive alguns quilômetros acima da Terra e da humanidade, mas vive na face da Terra, é composta por essa Terra, e deve uma resposta à situação dramática na qual está mergulhada a humanidade e a própria Terra. A *Laudato si'* já nos situou nesse terreno incômodo e movediço. Enfim, repensar a questão da sinodalidade à luz dos desafios socioambientais não é apenas uma estratégia, mas uma necessidade eclesial e uma imposição da própria revelação bíblica, fundamento de nossa fé e missão. Em tempos apocalípticos, é preciso repensar o sentido soteriológico da Igreja de Jesus.

4. A promessa da Aliança: em Cristo toda a criação será redimida

Que eclesiologia necessitamos para tempos de colapso?

Merece particular atenção a pessoa de Jesus nessa relação com a criação. O prólogo do Evangelho de João é uma síntese de todo projeto de Deus. Frase por frase, o texto é uma síntese teológica, mas também uma poesia, com muita beleza e também muita clareza:

“No princípio era a Palavra, e a Palavra estava junto de Deus, e a Palavra era Deus. Ela existia, no princípio, junto de Deus. Tudo foi feito por meio dela, e sem ela nada foi feito de tudo o que existe. Nela estava a vida e a vida era a luz dos homens. E a luz brilha nas trevas e as trevas não conseguiram dominá-la (...). Ela estava no mundo, e o mundo foi feito por meio dela, mas o mundo não a reconheceu (...). E a Palavra se fez carne e veio morar no meio de nós” (Jo 1, 1-14).

O mesmo Deus que cria, é o que se encarna na pessoa do Filho. Ele é o alfa e o ômega, o princípio, o meio e o fim. Então, nos acostumamos a falar do ‘Cristo cósmico’, mas temos dificuldades práticas de assimilá-lo no conjunto de uma eclesiologia da criação, da qual Ele é a pedra angular. Afinal, Ele veio morar no meio de nós, e quando ressuscitou, levou parte desse planeta, desse universo, na sua carne glorificada para junto do Pai. Ainda mais, se por um lado Ele eleva toda a humanidade à filiação divina, por outro lado se fez ser humano para sempre. O Cristo ressuscitado tem carne, ossos, rosto, e uma vez ressuscitado, nos eterniza.

Paulo leva essa verdade às últimas consequências, quando afirma claramente: “também a própria criação espera ser libertada da escravidão da corrupção, em vista da liberdade que é a glória dos filhos de Deus” (*Rm* 8,21). Oras, sabemos que nossa redenção também passa pelo filho de Deus, assim como a redenção de toda a criação. Ainda mais, a Nova Aliança assimila a Velha Aliança que Deus fez com Noé, seus familiares, com os animais domésticos e selvagens, com todas as gerações futuras e com a própria Terra. Portanto, não se pode reduzir a Aliança a uma questão subjetiva dos ‘salvos’, mas ela é objetiva, ela inclui a toda a criação para além do ser humano.

Compreender o Antropoceno, portanto, e todas as suas consequências para a humanidade e toda a Terra, significa também superar teologicamente a visão de uma redenção exclusivamente humana, já que a criação é um dom de Deus com um sentido escatológico pleno, não apenas um recurso a ser instrumentalizado pela humanidade.

Ainda mais, o propósito de Deus se consuma no livro do Apocalipse. Ali está claro que tudo chega à plenitude, enfim realmente chegaremos ao paraíso, não mais como uma saudade, mas como a plenificação da nossa esperança:

“E mostrou-me o rio puro da água da vida, claro como cristal, que procedia do trono de Deus e do Cordeiro. No meio da sua praça, e de um e de outro lado do rio, estava a árvore da vida, que produz doze frutos, dando seu fruto de mês em mês; e as folhas da árvore são para a saúde das nações. E ali nunca mais haverá maldição contra alguém; e nela estará o trono de Deus e do Cordeiro, e os seus servos o servirão” (Ap 22,1-3).

Portanto, é um jardim, um lugar cheio de gente e de natureza, um paraíso que está no futuro, não no passado. Mas, é também uma cidade que “não tem templos” (Ap 21,22), a luz é o próprio Deus e o Cordeiro sua lâmpada (Ap 21,23), logo, não tem mais mediações institucionais, os bens são comuns, não tem propriedade privada, conta bancária, acúmulo de capital, devastação ambiental, nada do que sociedade capitalista nos propõe como seu paraíso. Esse é o nosso futuro.

Assim, uma Igreja sinodal é também uma Igreja em saída na direção dos povos, do mundo, de toda a criação. À criação também devemos um respeito e um diálogo, no espírito de São Francisco, o santo das criaturas.

Esse é um desafio inescapável do Sínodo sobre a Sinodalidade.

Notas

- 1 _____ BRIGENTI, A. “Igreja Sinodal em missão: Registros a partir da Assembleia e do relatório de Síntese”. In: *REB*, volume 84, número 327, p. 145-168, Jan./Abr. 2024. Grifos dos autores.
- 2 _____ Ver, entre outros: <https://www.publico.pt/2023/02/02/azul/noticia/duvida-verdade-10-ricos-sao-responsaveis-maioria-emissoes-2034971>.
- 3 _____ MAZZUCO FILHO, V. (2021). *Ecoteologia*. Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco.
- 4 _____ BONNEUIL, C & FRESSOZ, JB. (2024). *O acontecimento Antropoceno: a Terra, a história e nós*. São Paulo: Quina Editora; Campinas: Editora Unicamp, 2024, p. 13. O termo foi proposto inicialmente em 2000 por Paul Crutzen, químico da atmosfera e Prêmio Nobel.
- 5 _____ Como afirmou o papa Francisco: “nem sequer se pode considerar a natureza como mera ‘moldura’, na qual desenvolvemos a nossa vida e os nossos projetos, porque ‘estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetrámo-nos’ (LD139)” (LD 25).
- 6 _____ Segundo o papa Francisco, “nem todo aumento de poder é um progresso para a humanidade (...) especialmente porque o imenso crescimento tecnológico não foi acompanhado por um desenvolvimento do ser humana quanto à responsabilidade (...). Por isto, ele está nu e exposto a seu próprio poder, e continua a crescer, sem ter instrumentos para o controlar” (LD 24).

Roberto Malvezzi (Gogó)



Brasileiro. Leigo. Graduado em Filosofia, Teologia e Estudos Sociais. Membro da Comissão Especial de Ecologia Integral e Mineração da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ele também fez parte da equipe de assessoria da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam) no Brasil. É escritor e compositor.

Participou da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica em 2019.

Moema Miranda



Brasileira. Leiga. Pertence a Ordem Franciscana Secular (OFS). É antropóloga, com Mestrado em Antropologia Social, pelo Museu Nacional da UFRJ e doutora em Filosofia pela PUC-RJ. É professora no Instituto Teológico Franciscano. Integra a coordenação da Rede Igrejas e Mineração. É assessora da

Comissão Episcopal Especial para Ecologia Integral e Mineração da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e integra a Coordenação Nacional do Serviço Inter-franciscano de Justiça Paz e Ecologia. Participa da Equipe Coordenadora de Ameríndia. É assessora da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam) e faz parte da coordenação nacional da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

Neste texto queremos refletir, buscar compreender e sugerir alternativas ao que nos parece uma ausência relevante. De forma clara e compromissada devemos reconhecer que em alguns dos principais documentos sinodais falta o mundo. Sim! O mundo no qual somos Igreja. Tudo se passa como habitássemos um tempo-espço histórico indeterminado e indiferenciado. E a ausência não é apenas de uma referência substantiva às chamadas “questões ambientais”.

Desejamos situar o debate em termos mais profundos: vivemos efetivamente a possibilidade de que seres humanos destruam as condições de habitabilidade para a vida no planeta Terra. Não se trata de alarmismo, de pessimismo ou de catastrofismo. Esta não é uma ideia, uma opção de interpretação ou hermenêutica. É a expressão incontestável da realidade do planeta.

A realidade do mundo hoje — as ameaças efetivas de destruição — não pode estar ausente do processo sinodal que recolhe ideias para uma eclesiologia contemporânea. A ausência de mundo nos documentos torna ainda mais urgente que nas próximas etapas o grito da Terra seja escutado seriamente, em Espírito e verdade: qualquer soteriologia hoje supõe ter como missão eclesial salvar a Terra da destruição antrópica.



Observatório
Latino-americano
da Sinodalidade

ISBN: 978-9915-9699-8-5



9 789915 969985